



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
28/03/2023	15h00	19h00	Virtual

PARTICIPANTES**Membros do Gape:**

Nome	Unidade	Presença
Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente)	Anatel	Presente
Nilo Pasquali (Secretário)	Anatel	Presente
Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular)	Ministério das Comunicações (MCOM)	Presente
Daniela Naufel Schettino (Suplente)	Ministério das Comunicações (MCOM)	-
Alexsander Moreira (Titular)	Ministério da Educação (MEC)	Presente
Jaqueline Ribeiro Silva (Suplente)	Ministério da Educação (MEC)	-
Neiva Miranda Coelho (Titular)	Algar Telecom S.A. (Algar)	Presente
Margaret Cadete Moonsammy (Suplente)	Algar Telecom S.A. (Algar)	-
Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular)	Claro S.A. (Claro)	-
Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente)	Claro S.A. (Claro)	Presente
Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	-
Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente)	Telefônica Brasil S.A. (Telefônica)	Presente
Marcelo Concolato Mejias (Titular)	TIM S.A. (TIM)	Presente
Marcio Couto Lino (Suplente)	TIM S.A. (TIM)	-

Outros participantes:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa
Bernardo Fernandes Correa Mendonça	Anatel
Carolina Henn Bernardi Lellis	Anatel
Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo	Anatel
Eduardo Marques da Costa Jacomassi	Anatel
Felipe Roberto de Lima	Anatel
Fernando Di Pietro Cordenonssi	Anatel
Frederico Gomes Barbosa	Anatel
Gesilea Fonseca Teles	Anatel
Gustavo Facundo Arantes	Anatel
Katia Dutra Cardoso	Anatel
Livia Caruline dos Santos Lima de Sá	Anatel
Maria Lúcia Ricci Bardi	Anatel
Marcio Lucas Graciano Junior	Anatel
Renato Couto Rampaso	Anatel
Fernando Magalhães Holmes	Algar Telecom S.A. (Algar)
Érica Sousa Neves	Claro S.A. (Claro)
Abraham Lincoln	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Clayton Regis Torres Queiroz	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Francisco Nildo Sobral	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Luiz Carlos Gonçalves	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Marcela Mattos	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Paula Martins	Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace)
Marcelo Saldanha	Instituto Bem Estar Brasil
Hélio Mauricio Miranda da Fonseca	Ministério das Comunicações (MCOM)
Ana Úngari Dal Fabbro	Ministério da Educação (MEC)
Filipe Girardi	Ministério da Educação (MEC)
Sebastião Sérgio de Oliveira Junior	TIM S.A. (TIM)

PAUTA

Item	Descrição
1	Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2023;
2	Acompanhamento das atividades da Eace – Presidente da Eace;
3	Proposta de projeto para adiantamento da conectividade em escolas;
4	Outros Assuntos;
5	Próxima reunião e próximos passos.

RELATO DA REUNIÃO

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, cumprimentou a todas e todos e deu início à 16ª Reunião do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE).

A seguir, propôs a inversão entre os itens 2 e 3 da pauta para que, após a aprovação da ata da 15ª Reunião Ordinária, fosse feito inicialmente um debate sobre um possível adiantamento da conectividade em escolas, para, em seguida serem reportadas as atividades da Eace e tratadas duas questões que precisariam ser definidas pelo Gape.

Não havendo qualquer objeção, passou para o primeiro item da pauta.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAPE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se referiu ao encaminhamento recente, por e-mail, da minuta da ata da 15ª Reunião Ordinária do GAPE, ocorrida em 14 de fevereiro de 2023, e questionou aos membros se haveria algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta encaminhada.

Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da 15ª Reunião Ordinária do Gape, informando que, após assinada pelos representantes da Anatel, seria disponibilizada no SEI, para assinatura dos demais membros e, posteriormente, no espaço reservado ao Gape no site da Anatel.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, pediu a palavra para propor, também para essa reunião, uma discussão que já havia sido iniciada no âmbito do Conselho do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CG FUST), sobre os parâmetros de velocidade que têm sido utilizados nos projetos de conectividade. E agradeceu se esse item pudesse ser incluído na pauta, na ordem que se considerasse oportuna.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou que seria avaliada a possibilidade de se inserir esse item e que, caso não fosse possível, o tema seria tratado na próxima reunião e passou para o próximo item da pauta.

2. PROPOSTA DE PROJETO PARA ADIANTAMENTO DA CONECTIVIDADE EM ESCOLAS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou que nesse item seria discutida a possibilidade de se adiantar o atendimento de algumas escolas e passou a palavra para **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, que apresentaria a proposta.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, agradeceu e se dirigiu a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, para solicitar que disponibilizasse a Apresentação do Cenário de Expansão Projeto (SEI nº 10045354) e que, na sequência, também apresentasse os detalhes sobre a proposta.

Afirmou ainda, que a proposta era avaliar uma possível oportunidade para o Gape de adiantar a conectividade daquelas escolas que hoje constavam do Censo Escolar como desconectadas e que o número, em torno de 9 mil escolas desconectadas, havia caído com o novo Censo Escolar de 2022, mas que ainda se tratava de número relevante.

Esclareceu que a ideia era avaliar se haveria a oportunidade de se adiantar a conectividade dessas escolas, com os recursos que viriam da própria Eace, que hoje dispõe de muitos recursos, que ainda guardam o momento da aplicação para todos os projetos do Gape, uma vez que, na prática, ainda só foram gastos no projeto-piloto. Afirmou que o grande volume aportado de recursos tem gerado rendimentos mensais, que poderiam ser utilizados para se antecipar algumas coisas, principalmente a conectividade de algumas escolas.

Continuou, dizendo que se tratava de uma ideia inicial a ser explorada, para que fosse avaliada a possibilidade de atender, já nos próximos meses, essas quase 9 mil escolas sem conexão, fazendo com que o Gape desse uma resposta rápida de entrega de conectividade em escolas sem conexão, enquanto o atendimento pleno às mesmas escolas iria, em um segundo momento, entrar na esteira de atendimento de todas as escolas do projeto.

Disse serem essas, pelo menos, parte das ideias e dos conceitos que se tentava trabalhar, e que ainda seria uma ideia exploratória. Explicou que, para saber se valeria a pena continuar explorando, considerou-se importante apresentar para a proposta aos demais membros, para que conhecessem e comentassem a respeito, chegando-se, em seguida, à conclusão de se faria ou não sentido. Alertou que, com essa proposta, não haveria um desvio do projeto em curso, que seria mantido e, se fosse oportuno, talvez pudesse ser criada uma frente paralela para antecipar algumas coisas.

Passou então a palavra para que **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, detalhasse a proposta, para que, no final, após serem melhor capturados os conceitos e as ideias, pudesse se avaliar a oportunidade de se avançar com a proposta.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, agradeceu e iniciou, dizendo que iria contextualizar um pouco o assunto, lembrando que o Gape começou com um projeto-piloto com 177 escolas que estão sendo conectadas, e que está indo muito bem. Lembrou ainda que, no final de 2022, se começou a pensar nas próximas etapas do projeto, tendo sido aprovado o início de vistorias em 2.323 escolas considerando determinados critérios. Acrescentou que o Gape definiu que iriam ser escolhidas escolas das regiões Norte e Nordeste, sendo todas as escolas de um mesmo município, em linha do que está sendo feito no projeto-piloto, com prioridade para escolas com maior número de alunos desconectados, em municípios com *backhaul* de fibra ótica. Esclareceu que o número de 2.323 escolas tinha sido definido considerando que a Eace informou que tinha capacidade de vistoriar mais ou menos 400 escolas/mês e assim se definiu a vistoria de 2.400 para o primeiro semestre de 2023.

Continuou, destacando que, com base nesses dados, tinham sido selecionados os municípios: Breves, Portel, Santarém, João Pessoa, Porto de Moz, Tabatinga, Afuá, Manicoré e Manaus, perfazendo 2.323 escolas e um total de 823.421 alunos, sendo que desses, cerca de 61 mil estavam em escolas sem internet, praticamente todos da região Norte, com exceção de João Pessoa, que também tem número elevado de escolas sem internet.

Informou ainda que, durante as vistorias, havia sido identificado que 5 municípios (Breves, Portel, Porto de Moz, Tabatinga, Afuá), nos quais se localizavam 680 escolas, não dispunham de *backhaul* de fibra ótica, embora constassem dos registros da Anatel como atendidos por fibra. Como se considera fundamental a disponibilidade de *backhaul* de fibra para uma conexão de qualidade, uma alternativa possível seria a substituição desses municípios por outros que atendessem a todos critérios, que seriam os próximos da lista, quais sejam Belém, Barcarena, Oriximiná, Juruti e Altamira, no Pará e Borba, no Amazonas.

Esclareceu que, mantidas as premissas definidas inicialmente, não haveria impacto no cronograma do projeto em andamento, mas ficaria a preocupação de como atender, o mais rápido possível, aquelas escolas sem Internet e apresentou o primeiro cenário:

Cenário 1:

Manutenção da premissa de atender apenas escolas em municípios com fibra ótica e substituição dos municípios sem fibra pelos próximos da lista.

Atendimento com fibra ótica prioritariamente.

Prós:

- Baixo impacto no cronograma do projeto;

Contras:

- Não contribui para a rápida conexão das escolas sem internet.

Disse então que, no sentido de apoiar o esforço do Governo Federal em conectar 100% das escolas públicas brasileiras até 2024, existia a possibilidade de o Gape antecipar o investimento de conexão de escolas em unidades em que a solução de atendimento por satélite já seria a única viável.

E que, nesse sentido, seria possível paralelizar os investimentos, com novas equipes de vistorias e aquisição de solução por satélite e de rede interna para as escolas da Região Norte desconectadas (5.432 de acordo com a última atualização do painel).

Informou ainda que o painel de escola tinha sido atualizado e estava com informações bem recentes, inclusive já contemplando o Censo Escolar 2022, e trouxe os números do [Painel de Conectividade nas Escolas](#) para que se tivesse a grandeza dos números de que estava falando.

Escolas sem internet/mal conectadas:

- Norte: 5.432/9.886

- Nordeste: 2.062/15.980

- Centro-Oeste: 62/1.864

- Sudeste: 733/9.411

- Sul: 76/3.461

- Brasil: 8.365/40.602

Lembrou que, pelo Censo Escolar, 40.602 escolas responderam ao MEC que a internet não era a ideal e disse que, nesse ponto, se deparava com um ambiente difícil de medir, que é a real situação da escola, quando a escola declara que está mal conectada. Passou então para um segundo cenário:

Cenário 2

Antecipação do investimento e conexão das escolas que dependeriam de solução satelital, de qualquer forma.

Prós:

- Apoio à iniciativa do governo federal de conectar todas as escolas;
- Contras:
- Ampliação rápida do investimento e acompanhamento do GAPE.

Lembrou também que essa ampliação do escopo iria exigir da Eace um grande esforço de execução, com a necessidade de se administrar várias equipes trabalhando em paralelo.

A seguir, trouxe uma estimativa de custo, para atendimento por meio de satélite de baixa órbita, a fim de assegurar velocidades compatíveis com as atividades educacionais, com base nos custos médios da Eace para o projeto-piloto, lembrando que os custos incluíam instalação, rede interna, oferta do serviço, manutenção por três anos e instalação de energia elétrica, quando necessário:

Para atender escolas da Região Norte (5.432 escolas):

Atendimento às escolas: R\$ 631.334.444,29
Atendimento às escolas sem energia: R\$ 55.420.000,00
Total = R\$ 686.754.444,29

Para atender escolas do Brasil (8.365 escolas):

Atendimento às escolas: R\$ 972.222.501,19.
Atender escolas sem energia: R\$ 60.620.000,00.
Total = R\$ 1.032.842.501,19

Acréscitou que o custo de vistoria era de R\$ 1.600,00 por escola nos dois casos.

Concluiu dizendo que essa era uma proposta que tinha tomado a liberdade de fazer, para submeter à aprovação dos membros do Gape e que, caso fosse aprovada, deveria se pensar nos próximos passos, que incluiriam: dobrar a capacidade da Eace de realizar vistorias/mês; fazer chamamento de solução satélite de baixa órbita; aumentar a capacidade ou novos fornecedores de rede interna; contratar solução de energia; etc.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, e indagou se **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, gostaria de fazer alguma observação sobre a proposta apresentada.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, disse que esses seriam os elementos pensados, para que se pudesse avaliar o que parecia ser uma oportunidade interessante que, no entanto, deveria fazer sentido no entendimento de todos e que se tratava de uma ideia inicial que, se prosperasse, teria que ser estruturada na forma de projeto, para seguir os demais encaminhamentos e ser submetido ao Conselho Diretor da Anatel, para que fosse aprovado e pudesse, de fato, ser executado. Acrescentou que era importante trazer para essa reunião pelo menos a ideia da proposta, para se ter a percepção dos demais membros do Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e solicitou a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, que confirmasse seu entendimento sobre a proposta, que seria no sentido de adiantamento dos trabalhos de conectividade, primeiramente focados na Região Norte e depois replicados no Brasil inteiro.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, afirmou ter uma visão particular de que os esforços deveriam ser concentrados na Região Norte, por se tratar de região visivelmente carente de investimento, não só de investimento em escolas, mas em telecomunicações de maneira geral, e considerando que os recursos disponíveis para o Gape têm limite, os esforços deveriam se concentrar para resolver a questão da Região Norte, para que no final de dois ou três anos a Região Norte dispusesse de todas as escolas com boa qualidade de conexão e de rede wi-fi, o que seria um grande legado do Gape para o país.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e solicitou que fossem apresentados novamente os custos da Região Norte e questionou se tratava de custo médio de atendimento e se seria uma solução definitiva.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, respondeu que se tratava do atendimento por escola, por meio de satélite, com velocidade para uso pedagógico, implantação da rede interna e manutenção de tudo por 3 anos.

Esclareceu ainda que a solução satelital se tratava da solução que se dispunha no momento, para ganhar velocidade na implantação e que todas as escolas fossem conectadas, mas que nada impediria que, em paralelo, se continuasse com as vistorias pela Eace e que, naquelas escolas urbanas, em municípios que dispunham de *backhaul* de fibra, se continuasse com a expansão da rede de fibra, conectando essas escolas e substituindo a solução satelital.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, solicitou que se priorizasse com essa solução aquelas escolas de mais difícil atendimento, porque o atendimento por satélite poderia ser a solução definitiva.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, lembrou que a grande maioria das cerca de 5 mil escolas da Região Norte se situavam em região rural mesmo e que, portanto, haveria uma tendência, não desprezível, da solução por satélite ser a solução definitiva.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e respondeu que **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, havia sido preciso na resposta e que a proposta, depois de amadurecimento e reflexão de todos os membros, seria levada à deliberação e passou a palavra para os demais membros que quisessem se manifestar.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, disse ter duas dúvidas, sendo a primeira sobre o critério de quais seriam as escolas nas quais a fibra é inviável e solicitou mais esclarecimento, para saber se para as escolas que hoje não dispõem de *backhaul*, seria possível levar fibra, sem investimentos exorbitantes e se haveria alguma régua para se fazer uma análise desse tipo, sem ter que olhar a caso a caso, ou se já existiria um recorte de escolas que estão à uma distância tal, nas quais a solução tem que ser por satélite, pelo menos para os próximos cinco anos.

A segunda dúvida era sobre o que se conseguiria efetivamente contratar hoje no mercado de satélite de baixa órbita e em que medida ele atenderia ao parâmetro mínimo do Gape, em termos de velocidade e pensando também numa latência que fosse adequada para que se consiga manter o padrão mínimo do Gape.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, respondeu que, nos municípios que não dispunham de *backhaul* de fibra ótica, a solução seria rádio ou satélite e que, portanto, defendia que as escolas localizadas em municípios hoje não alcançados por *backhaul* de fibra ótica fossem automaticamente atendidas com uma capacidade satelital fornecida por satélites de baixa órbita, para que pudessem oferecer uma velocidade compatível com o uso pedagógico, com boa qualidade e boa latência. Assim, considerava que as escolas desses municípios, sem *backhaul* de fibra ótica, já poderiam ser atendidas por satélite, o que acreditava ser a melhor solução técnica para o caso.

Para os municípios que já dispunham de *backhaul* de fibra ótica, afirmou existir a possibilidade de se olhar os estudos feitos pela Anatel e pelo BID, o C2DB, para se verificar regiões onde seria mais fácil ou não o acesso por fibra. No entanto, destacou que os investimentos do Gape têm sido guiados pelas vistorias realizadas pela Eace e que, naqueles municípios onde a Eace faz vistoria, escola por escola, fica muito mais fácil verificar e, naqueles municípios onde ainda não foi possível fazer a vistoria poderia se fazer um recorte, com base nos estudos disponíveis e, com algumas métricas, estimar quais escolas estariam mais aptas a receber fibra ótica.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, perguntou se o que estaria sendo usado de métrica para isso seria a quilometragem do ponto de fibra mais próximo ou se estaria sendo feito um recorte de quando existisse um ponto de fibra naquele município.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, respondeu que no Painel de Conectividade de Escolas estaria disponível a informação se a escola estaria ou não em área com fibra, mas, para aquelas que não constavam do painel em área com rede de fibra, existia a possibilidade de se analisar a distância, pelos estudos do C2DB.

Com relação à outra pergunta, disse que poderia ser ouvida a Eace, para que explicasse a negociação já iniciada para o atendimento à Gaúcha do Norte e o que foi encontrado com relação a fornecedores disponíveis, velocidade, latência e passou a palavra para que **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace** fizesse suas considerações.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, informou que iria mostrar uma tabela comparativa na apresentação que faria a seguir, que iria facilitar o entendimento e responder parte da pergunta feita pela **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**. Com relação à capacidade, informou que tinham ido ao mercado e realizado reuniões com fornecedores, que trouxeram informações que estavam sendo estudadas, pois seriam importantes na hora da tomada de decisão da conexão em Gaúcha do Norte. Afirmou ainda, com relação às vitórias, que conseguiriam atingir 1000 vitórias por mês.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, cumprimentou a todos e disse que havia gostado bastante da proposta, que estaria alinhada com o que o MCOM entende que deveria ser feito. Destacou duas características principais da proposta, a preocupação com equidade, pois considera que, na escala de prioridades, conectar escolas que não tenham qualquer conexão deveria estar realmente no topo da lista de prioridades e o outro aspecto positivo da proposta seria não haver necessidade de parar de fazer ou melhorar a conexão das demais escolas, enquanto se levava conectividade para essas que estão desconectados.

Continuou, dizendo que, na linha do que mencionaram **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, e **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, considerava que a lista de escola beneficiadas teria que ser refinada, de modo a garantir que, de fato, a solução via satélite fosse entregue às escolas para as quais essa fosse a solução definitiva. Afirmou que valeria a pena levar em consideração o estudo do BID, que apontou onde não haveria motivação econômica para o investimento privado levar uma derivação de fibra, já que não haveria demanda e, portanto, não haveria fluxo de receita que justificasse aquele investimento. Disse considerar que deveriam ser observados também os estudos do C2DB, observando as atualizações que já haveria sofrido. Concluiu, dizendo que, em seu entendimento, esse número de 5 mil escolas deveria ser desidratado, de modo que fosse encontrado um núcleo de escolas que dependessem efetivamente da solução por satélite de baixa órbita.

Alertou sobre um outro ponto a ser discutido, que seria o fato de ter sido verificado durante as vitórias que 5 municípios (Breves, Portel, Porto de Moz, Tabatinga, Afuá), com 680 escolas não dispusessem de *backhaul* de fibra ótica, embora constassem dos registros da Anatel como atendidos por fibra. Afirmou considerar uma taxa de erro elevada, 680 escolas de 2.323, e que, quando se fizesse o refinamento para encontrar o número de escolas que, de fato necessitem de solução por satélite, deveria se verificar se valeria a pena levar o critério de *backhaul* em consideração.

Com relação ao foco na Região Norte, afirmou que, na atuação do Ministério das Comunicações, quando se fala de política de telecomunicações, não se costuma fazer muita distinção entre Norte e Nordeste; no entanto, disse ter entendido a razão do foco no Norte, onde se teria a maior probabilidade de escolas em que o satélite fosse a solução definitiva, mas sugeriu que fossem feitos alguns exercícios, considerando só Norte, depois Norte e Nordeste e Brasil, que seriam os recortes básicos.

Com relação aos valores apresentados, que entendeu terem sido da Starlink, mencionou contato recente com integrantes de um projeto focado em solução de satélite de baixa órbita na região Amazônica, que informaram que a Starlink estaria comercializando, por meio de representantes, dois pacotes, um residencial e outro corporativo, com diferença significativa, em termos de valor, e questionou se as estimativas de valores do município de Gaúcha do Norte seriam para pacote residencial tradicional ou pacote corporativo.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, solicitou que fosse confirmado, para seu entendimento, com relação à questão apontada por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo**, representante do MCOM, que os dados utilizados, de municípios com *backhaul*, eram provenientes de uma informação da Anatel e não teriam sido utilizados aqueles do C2DB. **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, confirmou esse entendimento.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, se manifestou com relação à taxa de erro elevada mencionada por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, para dizer 680 escolas é muito, mas que a referência seriam 5 municípios em um universo de 5.570 municípios, pois o *backhaul* é por município, e não por escola.

Com relação ao que motivou a escolha da Região Norte, lembrou que essa região se caracterizava como a mais desigual do país e que um dos principais elementos de políticas públicas era a redução de desigualdade regional do Brasil. Lembrou que, quando se fala em termos do Brasil como um todo e se avalia as duas regiões, Norte e Nordeste, ambas se caracterizam como as mais desiguais, no entanto a região Norte ganha em desigualdade. E reforçou que, quando se apontava para o atendimento às escolas da Região Norte, já seria uma tentativa de atender à lógica de ir para o lugar que sempre fica para o final, porque é o mais difícil, mais caro, tem menor número de habitantes, ou seja, onde não faltariam motivos para deixarem de ser atendidas, e que atender a Região Norte seria tentar inverter essa lógica e parar um pouco com esse pensamento de não atender onde é mesmo mais caro e mais difícil de fazer. Mencionou que, se fossem utilizados os valores de Gaúcha do Norte, que são os valores mais altos do projeto, para fazer todas as escolas desconectadas, seria necessário R\$ 1 bilhão, o que poderia ser realizado.

Proseguiu, dizendo que provavelmente o SGT Diagnóstico e Projetos chamaria reuniões para refinar os parâmetros e, com calma, avaliaria quais municípios deveriam ser atendidos ou não por satélite, até se chegar a um projeto mais refinado. Afirmou que esse início da discussão se tratava de uma exploração de ideias, necessária para avaliar se a proposta fazia sentido e, em caso positivo, se começaria a trabalhar uma proposta melhor estruturada, com diferentes opções, para ser submetida ao Gape. Em seguida passou a palavra para que **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, também se manifestasse.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, se dirigiu a **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, para dizer que a amostra de 186 escolas nos 5 municípios teria sido ruim, porque, quando se olha a Região Norte, os erros são maiores, inclusive de notificação. Informou que, em geral, existiam alguns erros, mas que já estava sendo realizada uma nova coleta, mais detalhada, que corrigiria boa parte desses erros. Complementou, dizendo que nessa nova coleta não bastava o provedor informar "sim" ou "não" para a existência ou não de fibra, mas que teria que informar a estação, a tecnologia utilizada na estação, a rota da fibra, etc., tratando-se de coleta mais completa para, inclusive, eliminar aventureiros que informam a existência de fibra, até para reserva de mercado.

Acrescentou que, mesmo nos municípios com fibra, irão existir regiões onde não se chega com fibra e afirmou ser esse um ponto importante do trabalho de vitória que a Eace está realizando. Deu como exemplo o município de Santarém, que tem *backhaul* de fibra, onde estão localizadas 442 escolas, sendo que 312 em áreas rurais que, mesmo com a existência de fibra, trata-se da região da Amazônia, onde não se consegue conectar com fibra todas as escolas. Disse que não se propõe colocar satélite nas escolas urbanas, onde é mais fácil chegar com fibra, mas o contrário, por isso a ideia de se trabalhar em paralelo e ir fazendo o atendimento com fibra onde é possível fazer com fibra e adiantando o atendimento por satélite naquelas escolas que estão mais distantes. Passou a palavra para **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, para que ele abordasse a questão do preço.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu ao **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, que o preço da solução de satélite de baixa órbita era corporativo, mas que havia uma diferença significativa que seria esclarecida na apresentação que iria fazer.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, informou que em avaliações com o MEC, tem sido usado o parâmetro de 20 Km e que distâncias menores de 20 Km seria passível de atendimento com fibra e distâncias maiores 20 Km não seria passível de atendimento com fibra, e destacou a necessidade do refinamento de todos esses parâmetros para a validação da proposta. Acrescentou a importância do *input* da Eace avaliar a possibilidade de levar fibra.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, comentou sobre a experiência da Eace, quando chega ao local da escola, encontra um provedor local e começa um processo de negociação para atendimento àquela escola, que nunca foi conectada. Acrescentou que, quando a Eace propõe um contrato para o provedor local e paga para que ele construa a rede, com garantia do contrato de três anos, o provedor se interessa em realizar a conexão e, às vezes, esse adicional de fibra, ele faz inclusive por conta própria e se posiciona sobre o conjunto de escolas que consegue atender pelo contrato de três anos, sendo remunerado pela entrega de 200 Mbps e garante o atendimento a um conjunto de escolas. Afirmou ainda que, para uma escola localizada a mais de 30 km, por exemplo, o provedor propusesse um projeto especial, com um adicional, e afirmou que todos esses custos não eram lineares, uma vez que dependiam desse processo individual de negociação com os provedores locais.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, disse que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, já havia levantado o ponto que gostaria de questionar que era essa métrica de 20 Km do ponto de fibra e se essa seria uma métrica razoável a ser adotada, e se já teria sido feito algum esforço para cruzamento dos dados do C2DB com os dados da Anatel, de municípios com *backhaul* de fibra, inclusive para se avaliar a confiabilidade das duas bases.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, informou que o trabalho do C2DB foi realizado em conjunto com a Anatel e que foram utilizados os dados da Agência para que o estudo fosse realizado.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, sugeriu um caminho alternativo e uma proposta de encaminhamento que não exigiria o refinamento de dados, que seria decidir se o projeto seria executado, mas sem definir exatamente o número de escolas e sim um limite desse número, porque se faria vistoria em todas as escolas elegíveis, a fim de se avaliar a possibilidade de atendimento com fibra e com o mercado local de provedores, para avaliar se valeria apenas levar fibra ou fazer o atendimento por satélite. Mencionou que haveria um custo de cerca de R\$ 1.600 por escola e um aumento da atividade da Eace que deveriam ser avaliados.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, informou que, com relação à capacidade de vistoria, foram realizadas reuniões sobre esse processo e afirmou que a Eace conseguiria chegar a mil vistorias por mês e que, a partir do momento da decisão, conseguiria entregar em cerca de 30 ou 35 dias. Esclareceu que haveria uma rampa de contratações, mas como seriam contratações paralelas, não haveria grande dificuldade. Informou que a empresa contratada pela Eace não apresentou nenhum problema com relação ao que se propôs a executar e cumpriu o que foi contratado. Afirmou que essa experiência permitiria afirmar que se consegue chegar a mil vistorias, a partir de 30 a 35 dias, sem qualquer problema, não importando a localização. Afirmou reconhecer as dificuldades da região Norte, com as questões de logística, que inclui aluguel de barco e uma série de outras coisas, mas disse que a Eace sempre buscava a contratação de pessoal local, o que facilitava muito e, como as contratações aconteciam em paralelo, o multiplicador era alto e, portanto, não havia dificuldade para a realização das vistorias.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou para dizer que havia perguntado, ao pessoal da RNP, o que estava sendo feito no piloto do Gape que eles não haviam feito nas escolas de Mossoró, de Caruaru, e que eles responderam rapidamente, na linha do que **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, havia dito, que o grande diferencial do Gape foi a contratação de provedores locais, que conheciam a realidade da região e facilitavam tudo, que tinham preços módicos, porque eles eram daquele local e executavam o trabalho com grande facilidade, além de possibilitar a disseminação da execução do trabalho, o que permitiria o atendimento simultâneo em todo o país.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, se manifestou para solicitar que se garantisse a manutenção dos padrões de velocidade e de qualidade de uma forma geral, e que os caminhos a serem adotados não fossem para uma entrega fora do padrão já adotado pelo Gape, pelo menos de 50 Mbps por escola.

Aproveitou para lembrar a intenção do MEC de atualizar o parâmetro de velocidade, o que já vinha sendo tratado pelo Conselho do FUST de, além de manter o padrão mínimo de 50 Mbps para todas as escolas, trabalhar com 1 Mbps por aluno, parâmetro que hoje já é adotado internacionalmente. Esclareceu ainda que esse parâmetro seguia uma orientação de trabalhar com padrões iguais a serem adotados para todas as políticas de conectividade das escolas.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se haveria algum comentário dos presentes sobre as informações apresentadas por **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, e passou a palavra para **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, sobre esse ponto, informou que havia acontecido, no dia anterior, a 4ª Reunião do Conselho Gestor do Fust e que estava revisando o seu Caderno de Projetos, documento que prevê projetos específicos vinculados à conectividade de escolas, dentro da política de conectividade, decorrente da revisão da Lei do Fust. Informou que, no caso de conectividade de escolas, o Caderno de Projetos hoje aprovado apontava para os parâmetros do Gape, como parâmetros mínimos de velocidade e qualidade para execução dos projetos. Esclareceu que o MEC havia feito uma sugestão de alteração desses parâmetros, para não mencionar os parâmetros do Gape, mas apontar para três elementos essenciais, que são: velocidade mínima de 50 Mbps por escola, 1 Mbps por aluno, e um teto de 1 Gbps. Informou ainda que, durante as discussões, o Secretário de Telecomunicações do MCOM, teria solicitado, como presidente do CG Fust, que esses parâmetros fossem alinhados junto ao Gape, para que as políticas públicas de conectividade do governo federal usassem os mesmos parâmetros. Afirmou que essa alteração não havia sido decidida na mencionada reunião, pois se entendeu que o assunto deveria ser submetido ao Gape, que, caso aceitasse, adotaria esses parâmetros e alimentaria a decisão daquele Conselho Gestor.

Disse ser esse o cenário e que, feita uma avaliação rápida sobre a utilização desses parâmetros para o projeto-piloto, se concluiu que o Piloto, já contratado, praticamente atenderia tais parâmetros, com pequenas variações para essa nova proposta. Com relação ao projeto como um todo, essa alteração deveria ser avaliada, o que, na prática, significava atualizar as Diretrizes aprovada pela [Portaria 2.347 da Anatel, de 09 de maio de 2022](#).

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, lembrou como havia sido estabelecido o critério que hoje consta da mencionada portaria e manifestou não concordar com uma eventual combinação dos dois critérios, o de 50 Mbps por escola e o de 1 Mbps por aluno, considerando que, dessa maneira, automaticamente seriam excluídas soluções de atendimento por satélite, como a de satélite geo-estacionário em Banda KA, que deveriam ser analisadas como qualquer outra opção tecnológica. Afirmou ainda que estavam sendo abordadas as opções de satélite de baixa órbita, mas não se poderia correr o risco de penalizar a política pública de possibilidades tecnológicas se aquela solução tecnológica atendesse às necessidades de uso da internet para fins pedagógicos, e afirmou entender que o referencial de 1 Mbps é o que garantiria essa condição. Nesse sentido, afirmou que a posição do MCOM era manter o parâmetro de 1 Mbps, que seria de fácil de comunicação e não excluir *ex-ante* possibilidades de atendimento, que reduziriam o campo de atuação de atendimento às escolas o que, eventualmente poderia comprometer o critério da economicidade e da eficiência do gasto público.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, afirmou entender o ponto apontado por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, e manifestou uma primeira preocupação de se ter trabalhado até agora com parâmetro mínimo de 50 Mbps e agora abaixar esse parâmetro, o que poderia parecer, de certa forma, dar um passo para trás. Uma segunda preocupação seria o fato de que, a partir do momento que se conseguisse levar fibra ótica, o mínimo de 50 Mbps por escola não seria um corte que não pudesse ser feito. E, em relação às soluções de satélite, disse ter feito uma análise bem rápida para poder comentar o que se teria hoje e, considerando os dados disponíveis, as escolas que têm menos de 50 alunos hoje, somavam aproximadamente 29 mil escolas, e que 85% delas estariam situadas em um raio até 20 km de fibra e que, na verdade, a discussão girava em torno de 4 mil escolas, ou cerca de 3% das escolas que teriam a possibilidade de serem atendidas por soluções que, eventualmente não entregariam 50 Mbps. Assim, afirmou considerar ruim que a regra geral fosse pensada, considerando essas 4.000 escolas, dentro de um universo de 138.000 escolas. Assim, disse preferir que o parâmetro de 50 Mbps por escola fosse estabelecido e que se colocasse uma regra de impossibilidade técnica, no caso desse parâmetro não poder ser atendido, flexibilizando assim a regra geral, para o caso daquelas escolas que, de fato, 1 Mbps por estudante atendessem e resultasse em 30 Mbps por escola, por exemplo, e ponderou se não seria o caso de se trabalhar com a proposta que o Gape já estava trabalhando.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, afirmou que, na sua percepção, deveria haver algum tipo de parâmetro mínimo para se trabalhar essa questão. Disse que, considerando que existiriam mais de 3.500 escolas com até 10 alunos, o que significava que com o parâmetro mínimo de 1 Mbps, essas escolas precisariam de, no máximo, 10 Mbps e que teria escolas que iriam precisar valores inferiores a esse. Afirmou ser esse o momento, quando se atinge esse valor de velocidade, de se avaliar qual o tipo de aplicação que vai ser necessária. E disse que 1 Mbps permitiria navegação na internet, chamada de *voip*, mas não permitiria *streaming* e que, em um ambiente escolar, onde são utilizados mais de um dispositivo ao mesmo tempo, necessariamente teria que se multiplicar o valor de "mbps" exigido pela aplicação, pela quantidade de dispositivos que estivessem sendo usados simultaneamente. Deu exemplo que uma escola com 5 alunos já significaria 5 dispositivos e, se cada um tivesse com 1 Mbps, não poderia haver uso pedagógico dessa conexão. Afirmou que a situação seria diferente em escolas que já recebem parâmetros altos velocidade. E disse que essa seria uma discussão que deveria ser feita para a adoção de parâmetros de referência e que talvez 50 Mbps fosse um parâmetro muito alto, mas um mínimo teria que existir, para assegurar aplicações para uso pedagógico e afirmou que, a partir desse mínimo se manteria o incremento de 1 Mbps por aluno, no caso de incremento de alunos, até se chegar ao parâmetro de 1 Gbps como máximo, a ser utilizado por escola.

Afirmou que se preocupava com relação ao parâmetro mínimo a ser adotado, uma vez que só o parâmetro de 1 Mbps esqueceria o caso de escolas pequenas e que existiam referências mundiais que poderiam ser adotadas, levando em consideração vários terminais operando ao mesmo tempo com tipos de aplicações e isso variaria bastante.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, afirmou concordar com a colocação de **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, de que o estabelecimento de um mínimo seria necessário, mas que hoje ainda não seria o momento para se chegar a uma conclusão para esse mínimo.

Disse que uma solução de compromisso que poderia ser adotada, seria, na linha do que foi sugerido pela **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, com um aprimoramento da redação que considerasse também a preocupação com a economicidade e com a razoabilidade. Disse também concordar com a colocação de que voltar atrás seria ruim, mas não poderia ser esquecido o histórico da adoção desse parâmetro, que teria sido simplesmente dobrar o valor anteriormente estabelecido. Sugeriu que talvez pudessem ser circuladas algumas propostas de texto, para que se conseguisse fechar por e-mail e talvez pautar a reunião do CG Fust da próxima semana.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, disse que sua preocupação seria utilizar os recursos do FUST e do Gape para investir em soluções, que já se saberia que não iriam atender as escolas, uma vez que esses parâmetros eram sempre atualizados e o parâmetro do mínimo por escola deveria garantir o uso de uma tecnologia que evolui muito rapidamente. Disse concordar com a fala do **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, de tentar qualificar esse mínimo e ponderou, no entanto, se valeria a pena, mas se manifestou aberta para discutir e que sua preocupação seria tentar garantir uma internet minimamente qualificada, e a outra camada, que seria o tipo de tecnologia que alcançaria a escola, dentro do possível, principalmente pensando na sustentabilidade ao longo do tempo, da solução entregue com recursos públicos.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, lembrou que existiam escolhas que precisariam ser feitas. Lembrou que a grande maioria das 177 escolas do projeto-piloto foram atendidas por fibra, que seria o atendimento para se proporcionar a melhor conexão, mas que existiam casos, como o de Gaúcha do Norte, que inclusive estava na pauta da reunião em curso, que apresentava exatamente essa situação de escolha dentre as opções tecnológicas viáveis, uma vez que não seria viável o atendimento com fibra.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, reforçou o espírito do Gape de levar a melhor conexão possível e destacou que era necessário ter cuidado quando se falasse em economicidade, para que não fosse sinônimo de gastar menos, e sim de gastar bem, uma vez que, no final desse atendimento, existiam pessoas, alunos, escolas, comunidades, que precisavam ser conectadas, e que só não afirmaria ser independentemente do valor porque o dinheiro acabaria em determinado momento e os recursos tinham que ser bem investidos. Informou também que o projeto-piloto estava entregando 1,5 Mbps por aluno.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, afirmou que era ótimo trabalhar no fórum do Gape, onde havia todo um cuidado de análise para, de fato, seguir pelo caminho fizesse mais sentido. Esclareceu, no entanto, que, a partir do momento que se estivesse espelhando esses parâmetros de contratação para o FUST, com modelos de contratação muito diferentes dos que se tem com a Eace, como por exemplo para o modelo de Reembolsável, o termo “preferencialmente” preocupava, porque, eventualmente poderia acontecer uma contratação que não fosse a adequada, que poderia ser que levasse a casos de investimento ruins.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, sugeriu, tentando capturar os dois pontos, tanto o que havia sido levantado pelo **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, quanto a proposta feita pela **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, de se emendar as Diretrizes do Gape, utilizando esses três critérios, o mínimo de 50 Mbps por escola, com 1 Mbps por aluno, até o limite de 1 Gbps por escola e colocar um parágrafo adicional dizendo que, excepcionalmente, poderia haver parâmetros menores que esses, naquelas situações em que o atendimento com esse mínimo desejável não fosse possível ou tornasse o atendimento economicamente inviável. Assim se colocaria um parágrafo que deixasse expresso o que se almeja, mas se admitiria situações em que seria inviável o atendimento desejado.

Alertou para o fato do CG Fust estar interessado em finalizar esse tema e aprovar o Caderno de Projetos do Fust, motivo pelo qual deveria se deliberar sobre esse ponto.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu todos os comentários, esclarecimentos, encaminhamentos e pelo caloroso debate travado sobre esse tema. Agradeceu pela apresentação feita por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, juntamente com o **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, e pela condução dos trabalhos que vinham sendo realizados juntamente com a Eace, sob a condução do **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**. Afirmou ainda que, na próxima sessão do Conselho Diretor da Anatel, iria propor um voto de louvor para constar nos assentamentos de **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, e de **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, pelo trabalho que estão desenvolvendo no Gape.

E, dirigindo-se a **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, manifestou ainda sua preocupação com relação ao que tinha sido apontado por **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, sobre a diminuição do valor 50 Mbps para o mínimo atendimento às escolas, o que poderia passar uma ideia negativa para o projeto, e sugeriu que o tema fosse mais discutido.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, retomou a sugestão da inserção do parágrafo com a possibilidade da excepcionalidade. Afirmou que o texto poderia ser montado e circulado por e-mail, para permitir a alteração das Diretrizes do Gape e ser reportado a o CG FUST, que teria necessidade de alterar o Caderno de Projetos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se o CG Fust necessitaria dessa resposta com urgência ou não.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, respondeu que sim, que necessitava na próxima segunda-feira. Sugeriu uma proposta alternativa, de atendimento dos parâmetros mínimos sugeridos de 50 Mbps por escola, 1 Mbps por aluno e o teto de 1 Gbps, que, posteriormente, se trabalhasse no parágrafo da excepcionalidade.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, também se manifestou estar de acordo com os parâmetros mínimos sugeridos de 50 Mbps por escola, 1 Mbps por aluno e o teto de 1 Gbps, e que o texto do parágrafo poderia circular para que se produzisse uma redação adequada.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou então, que se não houvesse discordância já poderia dar o encaminhamento nesse sentido, por se tratar de assunto que não poderia esperar.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, solicitou, para expressar corretamente a preocupação do MCOM, que a redação do parágrafo da excepcionalidade fizesse menção expressa às questões de custo-benefício, a equilíbrio entre preço e técnica, para permitir que, em alguns casos, excepcionalmente, se cotejassem os preços de uma solução e outra, que se poderia abrir mão de 50 Mbps por escola, quando o custo fosse proibitivo.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, acatou então a sugestão do **Nilo Pasquali, Secretário do Gape**, e considerou aprovada a proposta feita por **Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC**, com a redação que havia sido discutida.

E, dando andamento à reunião, agradeceu os debates feitos em relação a esse item e passou para o próximo item da pauta.

3. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA EACE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, passou para o próximo item da pauta, o acompanhamento das atividades da Eace. Nesse sentido, aproveitou para informar que realizou visitas à Eace, por três segundas-feiras consecutivas, tendo sido recebido pela **Paula Martins, Presidente da Eace**, e sua equipe. Disse que, a partir dessas visitas, passou a estudar um pouco as normas aplicáveis à entidade (estatuto, edital, diretrizes etc.), tendo observado que a parte administrativa da Eace sofreu um pequeno descompasso em decorrência da alteração do seu presidente, ocorrida ao final de 2022. Afirmou entender como natural esse descompasso, considerando que a nova Presidente assumiu a função primeiro, de forma interina e que somente há pouco tempo teria sido efetivada. Constatou também que os representantes das Prestadoras na Eace seriam, de forma geral, as mesmas pessoas que participavam do Gape – disse entender que isso poderia resultar em uma certa incompatibilidade, considerando que o Gape é responsável por fiscalizar a Eace, mas que a reunião em curso não seria o momento para discutir essa questão, devendo tal assunto ser tratado oportunamente.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, deu continuidade à sua fala, informando que as normas aplicáveis à Eace determinam que seja contratada Auditoria Externa independente para averiguar a correta execução das atividades da Eace, principalmente quanto à aplicação eficiente dos recursos a ela destinados. Lembrou ainda que a contratação dessa auditoria externa tem que ser aprovada pelo Gape, mas que, até o momento, a Eace não apresentou ao Grupo as informações para deliberação acerca da contratação da auditoria. Nesse sentido, pediu à Eace que desse o devido andamento a essa contratação o mais rápido possível. Em seguida, passou a palavra à **Paula Martins, Presidente da Eace**, para que fizesse o reporte das atividades da entidade.

Paula Martins, Presidente da Eace, cumprimentou a todos e agradeceu ao **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, pelas visitas realizadas, que considerou muito produtivas. Passou a comentar sobre as alterações procedimentais que estão sendo implementadas na Eace, após o início de sua gestão como

Presidente, informando que foi necessário rever toda a parte administrativa e que vários gerentes foram substituídos. Após sua fala introdutória, deu então início à Apresentação Progresso da Eace (SEI nº 10059385), que está anexada a esta ata. A seguir, passou a fazer a atualização das atividades exercidas pela Eace.

Informou sobre a **contratação de nova empresa de contabilidade**, a Biobrazil, que já assumiu os departamentos financeiro e fiscal e que, no início de abril, assumiria também o departamento pessoal.

Trouxe a necessidade da **contratação da auditoria externa** para que, além da auditoria contábil, que se realiza todo final de ano, revisasse os fluxos e as políticas internas da Eace, que eram claramente inadequados. afirmou que haviam sido realizadas algumas alterações, do ponto de vista prático, mas havia necessidade de se visitar toda a política da Eace. Complementou, dizendo que, a partir do resultado de uma auditoria, que incluiria a realização de testes para se saber o que funcionou e o que não funcionou, a política poderia ser alterada, para que se adequasse às especificidades da EACE.

Destacou que a operação da Eace, liderada pelo **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, foi blindada dessa fase de transição e que realizou seus trabalhos permanentemente, sem ser afetada pelas questões relacionadas à parte administrativa.

Ainda sobre a contratação da auditoria externa, informou que a contratação deveria ser feita de maneira emergencial, uma vez que no período de transição não se dispunha de uma mesa de compras. Nesse sentido, disse terem sido identificadas duas auditorias cujos donos eram ligados à Universidade de Brasília e esclareceu ser esse o perfil preferencial, ao invés de perfil ligado à publicidade ou ao mercado financeiro, pois teriam conhecimento aprofundado das organizações não governamentais, que caracterizaria a Eace e apontou para duas propostas: uma, do Instituto de Perícia e Auditoria de Brasília - IPAB, e outra da Mendes Auditoria e Consultoria, e que, avaliando as duas propostas, a Eace indicava a contratação daquela proposta do Instituto de Perícia e Auditoria de Brasília - IPAB, por ser tratar de proposta mais completa e de melhor preço.

Trouxe a seguir o assunto da **imunidade tributária**, que seria um modelo jurídico de tributação pelo qual a Eace poderia pleitear a compensação de impostos já pagos e a pagar. Esclareceu que essa compensação seria possível por dois motivos: (i) pela Eace se tratar de entidade e; (ii) pela Eace se tratar de entidade ligada à política pública para educação e apontou em sua apresentação a previsão normativa da imunidade tributária.

Informou que significaria uma economia média, em impostos, de R\$ 6 milhões por trimestre, o que, fazendo uma conta rápida, resultaria numa economia de cerca de R\$ 100 milhões em quatro anos, de impostos que deixariam de ser pagos, além do resultado de aplicações financeiras desses recursos.

Esclareceu que foram pesquisadas algumas modalidades de isenção de impostos e que a imunidade tributária havia chamado atenção. Informou que a empresa de contabilidade, que tem um braço tributário, a Biobrazil, teria proposto a consultoria que a Eace tinha interesse em contratar, para que pudesse ser aplicada a imunidade tributária aos seus investimentos e solicitou que **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, fizesse observações a respeito das contratações emergenciais e complementasse a sua fala sobre a motivação dessas contratações.

Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace, agradeceu, cumprimentou a todos, informou que havia sido contratado recentemente pela Eace e esclareceu que todas as alterações que estavam sendo feitas visavam ampliar e melhorar a governança da Eace e garantir que a operação continuasse a ser realizada com a eficiência que vinha sendo executada. Nesse sentido, estavam sendo propostas a contratação do escritório de contabilidade e a indicação da contratação da Perícia e Auditoria de Brasília - IPAB, consultoria que teria uma proposta mais ampla para que, além da produção do relatório contábil a ser apresentado na Assembleia Geral Ordinária no mês de abril, também executasse trabalhos de revisão das políticas da empresa e dos mecanismos de controles internos.

Afirmou que a imunidade tributária parecia se tratar de cálculo simples, uma vez que estaria sendo pago quase R\$ 7 milhões em tributos por trimestre, e já tinha sido recolhido mais de R\$ 20 milhões, no último ano. Pela natureza da Eace, seria possível pleitear a imunidade tributária perante os órgãos competentes, o que implicaria a compensação ou a restrição do que já havia sido pago e também a interrupção do pagamento, revertendo esse dinheiro para a finalidade específica da Eace, que é a conectividade de escolas. Lembrou que essa poupança obedeceria ao princípio da economicidade, previsto no Edital de 5G, o que justificaria a contratação em modelo emergencial, uma vez que a demora da contratação dessa solução jurídica tributária implicaria mais recolhimento de tributos, que demorariam para ser restituídos no futuro, o que poderia prejudicar o desenvolvimento do projeto. Concluiu afirmando que o dinheiro que se conseguisse poupar significava mais dinheiro disponível para investimento em conectividade de escolas e que as contratações estariam ocorrendo de modo célere, para que se conseguisse cumprir os prazos estatutários e frear o pagamento de tributos que não eram devidos, considerando a natureza da Eace.

Com relação ao encaminhamento da contratação da auditoria, **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, esclareceu que o procedimento de aprovação incluía a aprovação inicial pela Assembleia Geral da Eace e em seguida a aprovação pelo Gape.

Quanto à contratação do Parecer de imunidade tributária, afirmou que não dependia nem da aprovação da Assembleia Geral, nem da aprovação do Gape.

Paula Martins, Presidente da Eace, se colocou à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas e afirmou que havia urgência em finalizar as questões apresentadas.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, cumprimentou **Paula Martins, Presidente da Eace**, e **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, principalmente pela contratação, que não dependeria de aprovação do Gape, do Parecer da Imunidade Tributária, o que disse considerar uma ótima ação da Eace, pois permitiria a utilização de grande quantidade de recursos para a conexão de escolas.

Com relação à contratação do escritório de contabilidade, também cumprimentou a Eace, porque, como pode observar em sua visita à entidade e em conversas com seus integrantes, o escritório de contabilidade anterior tinha deixado muito a desejar.

Sobre a contratação da auditoria externa, informou que também havia dialogado com a Eace de forma presencial. Lembrou que a Eace tinha uma estrutura pequena, do ponto de vista físico de suas instalações, mas grande, considerando o montante de recursos de seu orçamento e a grande dimensão do ponto de vista da execução dos projetos, que estavam sendo implantados pela equipe liderada pelo **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**. Nesse sentido, havia debatido esse tema com a Eace, mas não poderia deixar de atestar um registro negativo na demora da contratação de uma auditoria, que agora deveria trabalhar intensamente, para poder conseguir entregar, a tempo, um relatório contábil, de inspeção física e o financeiro, até o final do próximo mês. afirmou ainda que tinha conhecimento do passado, anterior a essas providências que estavam sendo tomadas, e que, particularmente, fazia esse registro para dizer que estava de acordo com as propostas apresentadas por **Paula Martins, Presidente da Eace**, e **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, até porque, de uma certa forma, tinha contribuído com ideias para a concretização das providências apresentadas.

A seguir afirmou estar aberta a discussão e o debate para quem quisesse se pronunciar.

Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM, se manifestou para apresentar uma dúvida e questionou se, de alguma forma, o Gape estaria tomando conhecimento da proposta ou se a proposta estaria sendo encaminhada para deliberação, porque havia entendido que **Paula Martins, Presidente da Eace**, tinha apresentado a proposta de contratação da auditoria externa para uma deliberação do Gape mas havia entendido do advogado **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, que primeiro seria realizada uma Assembleia Extraordinária da Eace e posteriormente seria feita a aprovação pelo Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, respondeu que **Paula Martins, Presidente da Eace**, tinha trazido a indicação da contratação do Instituto de Perícia e Auditoria de Brasília - IPAB, pelas razões que ela havia elencado e que acreditava que, do ponto de vista da do Gape, estaria sendo encaminhada uma proposta para deliberação, no sentido de dizer se o Gape aprovaria ou não a proposta por ela apresentada.

Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM, afirmou que esse tema havia sido tratado no âmbito da Eace e que, de sua parte, como representante da TIM, tinha um registro que essa contratação seria feita por meio de uma RFP, o que teria ficado no âmbito do SGT, com um encaminhamento que teria ocorrido, talvez em novembro, e que, de alguma forma, havia expectativa de um retorno sobre o assunto. afirmou que talvez tivesse faltado uma comunicação mais elaborada por parte deles, para entender qual seria o andamento, mas que, de fato, havia recebido a notícia da Paula, na semana em curso, sobre a Eace ter recebido uma proposta de contratação da auditoria. Apontou que o valor da proposta não havia sido apresentado para deliberação, o que considerava informação importante e que também não havia sido feita uma RFP, como tem sido feito para todos os processos. Disse que considerava que o controle interno, como comentado por **Paula Martins, Presidente da Eace**, e por **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, deveria revisar o

processo de compras e que o elemento básico parecia ser, justamente, que as compras fossem feitas por meio de RFP, e que parecia item importante na contratação da auditoria interna, por se tratar de trabalho bastante *standard*, em relação a todos os demais.

Disse também ter entendido, do que havia sido apresentado para as empresas por **Paula Martins, Presidente da Eace**, que o relatório que seria entregue no dia 30 de abril era um relatório específico relacionado a demonstrações contábeis, ou seja um relatório que, em tese, seria um relatório padrão.

Lembrou que, no caso da EAD e da EAF, que seriam entidades semelhantes, também criadas por Edital e também, no caso das empresas de telecomunicações, de capital aberto, e de outras empresas, as contratações sempre vinham sendo feitas por meio de RFPs e, assim, a falta de RFP seria um ponto que a TIM já teria sinalizado no âmbito das discussões da EACE. Nesse sentido, a falta da RFP teria trazido um certo desconforto e que, portanto, não se sentia em posição de apresentar um voto naquele momento, até porque talvez estivesse em uma situação de conflito, uma vez que já havia sinalizado que não parecia que a EACE estaria enfrentando uma situação de emergência.

Afirmou que só existiria um relatório com caráter de emergência, que seria o relatório de demonstrações contábeis, e que os demais não teriam urgência, pelo menos essa seria a situação que havia sido apresentada na proposta comercial.

Sobre o valor da proposta comercial, disse que, salvo engano, somaria quase 1 milhão de reais, e que se tratava de valor muito diferente daqueles que foram contratados para auditoria externa, pela EAD e pela EAF. Disse que até entendia, pela vastidão do trabalho, além das demonstrações contábeis, que pudesse exigir trabalho mais pesado, com profissionais mais seniores, mas, de qualquer forma, não havia emergência para cumprimento de prazo, pois se trataria de prazo criado pela própria Eace, por meio do estatuto, não se tratando, portanto, de prazo legal e que poderia ser alterado por meio do estatuto.

Continuou, dizendo que, se 90% dos gastos da Eace foram empenhados na engenharia, na execução dos projetos liderados pelo **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, e, se havia um consenso que esse trabalho estava acima de qualquer crítica, parecia um pouco contraditório se afirmar que existia uma imprecisão muito grande nas demais políticas, que estariam completamente abaixo da crítica, exigindo uma auditoria completa, já que responderiam por 10% dos gastos.

Concluiu, afirmando que participava do processo na Eace desde antes de sua instituição e que sua intenção era contribuir, mas que não conseguia enxergar a situação de emergência e, portanto, se abstinha da votação.

Sobre a imunidade tributária, disse que esse ponto havia sido bastante discutido pela TIM, antes da constituição da Eace e, à época, havia sido contratado um Parecer Jurídico de um escritório de renome no Brasil, que apontou algumas possibilidades e uma das principais motivações para se trabalhar com ausência de imunidade tributária teria sido para dar maior flexibilidade na remuneração dos profissionais a serem contratados, uma vez que, a partir do momento que se adota a imunidade tributária, se perde a possibilidade de remunerar ou haveria um teto mais exiguo, que talvez não atraísse profissionais do gabarito dos que foram contratados, o que poderia ser um empecilho para cumprir o objetivo do projeto, como foi avaliado pelas consultorias de RH, que trouxeram esses insights. Além disso, informou de ter sido considerado que o pagamento de imposto, de certa forma, seria uma contribuição importante para o Estado, obviamente para outro objeto. Esclareceu que não teria sido uma decisão tomada no escuro, mas uma decisão racional, mas como a **Paula Martins, Presidente da Eace**, e o advogado por **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**, comentaram que não caberia deliberação em Assembleia da Eace, talvez a opinião das empresas até fosse desnecessária, pela governança e disse que, de sua parte, estaria contribuindo com o histórico para que todos soubessem que, de fato, não havia sido uma desídia ou negligência das empresas mas, ao contrário, foi uma decisão tomada com bastante racionalidade.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, indagou se **Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM**, preferia pagar imposto a economizar o tributo para conectar mais escolas ou ele teria compreendido errado.

Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM, respondeu que não e esclareceu que havia dito que, no momento em que as empresas tomaram uma decisão a respeito da formulação da Associação, não se cometeu um erro ou não se deixou de avaliar essa hipótese, que tinha sido avaliada e a decisão tomada considerou a possibilidade de atrair e reter talentos, o que não teria sido possível a partir da remuneração a ser praticada por uma entidade que gozasse de isenção fiscal. Disse que foram avaliadas várias possibilidades para a identidade da Eace, como por exemplo, uma sociedade limitada ou uma sociedade anônima, e que não haveria impedimento e deu exemplos de entidades como a EAF, por exemplo, que era uma associação sem imunidade tributária e, até por conta de riscos apontados por advogados consultados, em relação à atividade executada por essa associação, que se assemelharia muito a uma associação com caráter comercial, havia uma preocupação razoável de que seus administradores pudessem ser qualificados por sonegação fiscal.

Reafirmou que não preferia recolher impostos a conectar escolas, mas que as obrigações teriam sempre que ser pagas, como salário de empregados, lucro de provedores, custo dos advogados, do contador, da consultoria que estava sendo proposta e que tudo isso poderia ser revertido em conexão de escolas, naturalmente, mas que, diante da modalidade de uma associação, que corria risco de ser qualificada por sonegação fiscal, como havia sido apontado e, considerando outra modalidade, com a possibilidade de se trabalhar com maior flexibilidade em relação à remuneração dos seus integrantes, havia sido essa a decisão tomada pelas empresas, e alertou que falava pela TIM, pois não poderia falar pelas outras empresas, afirmando ser essa a sua ponderação em relação à pergunta feita por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, respondeu que havia alguns princípios tanto no Edital do 5G, como no estatuto do Gape e no estatuto da Eace, a serem cumpridos, como economicidade, moralidade e também havia uma finalidade, que era conectar o máximo possível de escolas - que não seria princípio, mas um fundamento a ser perseguido. Assim, se houvesse obstáculos, como o pagamento do salário dos executivos da Eace, o seu posicionamento seria no sentido de economizar o máximo possível e conectar o máximo possível de escolas, dentro dos critérios e dos fins da administração pública e não dos critérios das empresas privadas, e que era nessa linha que fazia esse encaminhamento.

Afirmou compreender as preocupações e colocações de **Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM**, mas que, diante de uma colisão entre dois interesses, era necessário observar o fundamento maior que deveria prevalecer, que seria o interesse público de conectar escolas do ensino básico. Afirmou que a contratação da auditoria externa era urgente, que seria a auditoria das contas da Eace, que o Gape deveria aprovar e entendia que a modalidade da RFP deveria ser, sim, utilizada, mas existiam circunstâncias que admitiam a excepcionalidade, desde que se respeitasse os princípios da economicidade, da moralidade, da eficiência e do interesse público, que não poderiam ser feridos, nem na modalidade de RFPs.

Afirmou que todos os argumentos apresentados seriam considerados, e abriu o debate dizendo que o encaminhamento era no sentido de deliberação acerca da contratação da Auditoria Interna.

E, considerando que não houve outras manifestações sobre o tema, deu encaminhamento para a deliberação quanto à contratação da proposta do Instituto de Perícia e Auditoria de Brasília – IPAB, sugerida pela Eace. Iniciou indicando que **Marcelo Concolato Mejias, representante da TIM**, se abstinha de votar e passou a colher os demais votos.

Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica, cumprimentou a todos e lembrou que o princípio da licitação seria uma regra para as contratações e que, entendendo esse momento da urgência para essa contratação, que não seria por meio de uma mesa de compras, era muito importante que houvesse também, por parte do Gape, a constatação dessa urgência e prioridade, para que não se observasse a regra. Disse ser esse um ponto que considerava importante, porque entendia tratar-se de questão prioritária e urgente e ponderou que o representante da Tim havia tentado colocar era que essa urgência foi colocada como caráter de exceção e seria necessário dar substância a essa urgência, para configurar esse caráter de exceção que foi relatado por **Abraham Lincoln, Diretor de Compliance e Governança Jurídica da Eace**.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, respondeu que concordava com as ponderações de **Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica**, e naquilo que conferia a ele a contratação da auditoria externa tinha, sim, relevância e urgência para que se aferisse o andamento das partes física e financeira dos trabalhos da Eace, e que a urgência era porque havia prazos a serem cumpridos e que não caberia alegar a própria torpeza, em favor do torpe, ou seja, a Eace tinha deixado de fazer auditoria, de encaminhar, de fazer a RFP, no período certo e agora, alegava isso, em favor de não fazer, o que, em seu entendimento, seria quase que alegar o direito à própria torpeza. Afirmou que o Gape teria que cumprir a missão do serviço público, da finalidade pública e era nessa toada que fazia o encaminhamento, considerando a relevância de se aferir, por meio auditoria externa, como consta do estatuto e considerando também o prazo que deveria ser cumprido para a entrega que era no mês de abril, e renovou os cumprimentos, pela atuação mais recente da Eace. E era no sentido da relevância e da urgência dessa matéria que apontava pelo encaminhamento da contratação da proposta feita pela Eace.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, votou pela contratação da auditoria.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, votou a favor da contratação da consultoria.

Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica, votou pela contratação da consultoria, alertando novamente para toda a caracterização da questão da motivação, da prioridade e da urgência, em detrimento do processo via mesa de compras, que poderia levar até 3 meses, e, em função desses requisitos, essa contratação seria feita, em caráter excepcional. Esclareceu que isso deveria ser feito para não se correr o risco de nova auditoria para verificar o descumprimento de algo previsto no Edital, ou seja, por se fazer uma contratação fora do modelo de compras.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, endossou as palavras de Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves, representante da Telefônica, e ajustou seu voto, para que a motivação constasse do contrato.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, seguiu a ação de Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, para também ajustar seu voto, para que a motivação constasse do contrato.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, também manifestou que seguiria a ação de Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, e ajustou seu voto, para que a motivação constasse do contrato.

Neiva Miranda Coelho, representante da Algar, precisou se ausentar da reunião e deixou registrado no chat da reunião que não teria como votar nesse momento e que, portanto se absteria de votar.

Monique Pereira Ibitinga de Barros, representante da Claro, precisou se ausentar e também não votou.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, considerou aprovada, por 4 votos a favor, contratação da proposta do Instituto de Perícia e Auditoria de Brasília – IPAB, apresentada pela Eace.

Paula Martins, Presidente da Eace, agradeceu e passou a palavra para que Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, apresentasse o Followup de Operações.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, iniciou sua apresentação (SEI nº 10045689) de *follow up* do projeto-piloto mostrando um slide contendo a evolução da conectividade desde a 13ª Reunião do Gape. Nesse sentido, informou que atualmente 86% (oitenta e seis por cento) das escolas estão com a rede externa ativada, o que equivale a 153 (cento e cinquenta e três) escolas. Quanto à rede interna, a ativação alcançou 73% (setenta e três por cento), ou seja, 129 (cento e vinte e nove) escolas já tiveram a rede interna ativada.

Apresentou também o detalhamento da situação da rede externa das escolas por município, destacando como ponto de atenção a situação de 7 (sete) escolas em Gaúcha do Norte/MT, que, em razão da distância, deveria ser objeto de decisão do Gape quanto à tecnologia de atendimento (satélite ou rádio). Nesse tocante, passou a apresentar o seguinte quadro comparativo com as propostas que a Eace recebeu das empresas para atendimento dessas escolas:

COMPARATIVO - Solução Rádio x Solução Satélite (a negociar)

❖ Velocidade Ofertada e Custo Total - [36 meses]

Código INEP	Nome da Escola	Velocidade Necessária* (Mbps)	PROPOSTAS RECEBIDAS – Melhor avaliação técnica (valores sujeitos a alteração após negociação)				
			Tecnologia - Proponente x Velocidade nominal ofertada (DL/UL - Mbps)				
			RÁDIO		SATÉLITE		
		Xingu Redes	Evolve Telecom	Global Eagle/Anuvu	Viasat		
51065193	ULUPUWENE	50	50/50	-	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51063590	MEHINAKO MADRIM	50	-	50/25	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51059479	CENTRAL ESTADUAL KARIB	100	-	100/50	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51067811	CENTRAL AIHA	100	-	100/50	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51089343	CENTRAL L. VILLAS BOAS	100	-	100/50	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51059487	MAVUTSININ	50	-	50/25	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
51095050	EDUCACAO BASICA PIYULAGA	50	-	50/25	60-250/10-30	40/3 (CIR 2%)	
Prós		<ul style="list-style-type: none"> Atendimento pleno das velocidades pretendidas Velocidades mais estáveis Sem franquia de dados 		<ul style="list-style-type: none"> Menor complexidade de manutenção Menor prazo de entrega (45 dias) 		<ul style="list-style-type: none"> Menor complexidade de manutenção Menor prazo de entrega (30 dias) Sem franquia de dados 	
Contras		<ul style="list-style-type: none"> Manutenção complexa devido a quantidade de enlaces/repetidoras e acessos Maior prazo de entrega (180 dias) Custo de implantação maior (a confirmar após negociação) 		<ul style="list-style-type: none"> Solução pouco conhecida Variação acentuada nos parâmetros de velocidade Franquia de dados 		<ul style="list-style-type: none"> Não atende as Velocidades pretendidas Velocidade garantida muito abaixo do pretendido Latência elevada 	
CUSTO TOTAL [7 escolas] - 36 meses (R\$)		1.078.600,00		764.970,36 (franquia: 1 TB) 978.788,33 (franquia: 2 TB) 1.895.268,98 (franquia: 6 TB)		465.080,00	

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, explicou que, no slide, a Eace procurou colocar uma análise técnica dos prós e contras de cada uma das propostas recebidas, de forma a auxiliar a deliberação do Gape. Disse, ainda, que os valores são preliminares, ou seja, ainda serão objeto de negociação e poderão apresentar alguma redução. Informou que as propostas abrangem as 7 (sete) escolas e consideram um custo total para 36 (trinta e seis) meses.

Dando continuidade a sua fala, Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, passou a apresentar o slide de detalhamento da situação da conectividade da rede interna por município, relatando que 8 (oito) dos 10 (dez) municípios que fazem parte do projeto-piloto já estão com mais de 90% (noventa por cento) das escolas com rede interna ativada - resultando em 129 (cento e vinte e nove) escolas ativadas, o que equivale a 73% (setenta e três por cento) do total de 177 (cento e setenta e sete) escolas. A seguir, apresentou o material que consolida toda a parte documental do projeto, disse que se trata de um *book* sobre o projeto em cada um dos municípios, contendo informações detalhadas sobre as vistorias realizadas (com croqui das escolas e fotos de antes e depois da implantação dos equipamentos); sobre a instalação da rede externa e da rede interna (inclusive quanto aos materiais utilizados); e acerca dos equipamentos de informática.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, seguiu com a apresentação, tratando do *rollout* da segunda fase do projeto. Mostrou slide com informações sobre as vistorias realizadas no Amazonas, Pará e Paraíba. Informou que já teriam sido vistoriadas 696 (seiscentas e noventa e seis) escolas, tendo sido constatado que apenas 21% (vinte e um por cento) dessas escolas possuem Internet com velocidade suficiente (considerando as referências das diretrizes do Gape), mas nenhuma escola teria cobertura de *wi-fi* adequada. Finalizou sua apresentação, agradecendo a atenção de todos e se colocando à disposição para esclarecimentos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu as informações e passou a tratar do ponto que deveria ser deliberado pelo Gape, a definição da tecnologia (satélite x rádio) para atendimento das 7 (sete) escolas de Gaúcha do Norte/MT. Abriu então a palavra aos demais participantes da reunião para que fizessem suas considerações.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, disse que, com relação à definição de usar satélite ou rádio para atender essas escolas, tinha ideias conflitantes, que gostaria de compartilhar com o grupo. Comentou, então, que entendia que a utilização de rádio era interessante porque deixava uma estrutura legada perene, apesar de demorar mais a instalação, além de não ser muito mais caro do que a opção do satélite de baixa órbita. Acrescentou que, por outro lado, seria importante aproveitar a oportunidade para testar a solução de satélite de baixa órbita, já que se trata de projeto-piloto, e não houve

ainda experiência de conexão com esse tipo de satélite, ou seja, este seria o melhor momento de se verificar se a tecnologia é adequada aos propósitos do Gape e, dessa forma, servir de parâmetro para os próximos passos.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, disse concordar com a opinião do **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, no sentido de testar a solução satelital, manifestando-se, portanto, a favor da utilização de solução satelital.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, também se manifestou favorável a aproveitar a oportunidade do projeto-piloto para testar a tecnologia do satélite de baixa órbita.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, disse que também concordava com a utilização do satélite de baixa órbita, considerando ser uma solução muito interessante e que merece ser testada no projeto-piloto.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, corroborou a ideia de testar a tecnologia, por ser um modelo ainda pouco conhecido. Disse estar entendendo que a opção seria a contratação de 1TB de franquia – entendimento que foi confirmado pelos demais membros.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, questionou se são instalados medidores de velocidade nas escolas.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que sim, que são instalados os medidores de velocidade e pediu ao **Francisco Nildo Sobral, da Eace**, que explicasse melhor a questão.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, explicou que foi feita uma parceria com o NIC.br de forma a colocar nos equipamentos adquiridos pela Eace o medidor de velocidade. Disse que também é embarcado no equipamento um verificador da saúde do link, que possibilita monitorar a qualidade da rede. Informou que os equipamentos fazem as medições e automaticamente passam as informações para um banco de dados do NIC.br, que futuramente, inclusive, deve ser divulgado em um portal específico.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, pediu a palavra para questionar se a solução satelital que seria contratada seria de modelo corporativo ou residencial.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, informou que a proposta recebida foi no modelo comercial, até porque a Eace por ser pessoa jurídica, não poderia contratar o modelo residencial. Disse também que, na prática, já foi observado que os modelos residenciais são mais limitados (antena de menor porte, ofertas de velocidades menores e prioridade baixa no tráfego de dados) e não seriam adequados para o projeto.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, questionou se a solução escolhida só poderia ser contratada no modelo de franquia.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, respondeu que sim, que a proposta da Anuvu só possuía a opção de contratação com franquia.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se alguém mais teria dúvidas sobre o tema e, não tendo havido manifestação, passou para a deliberação, questionando se todos estariam de acordo com a proposta. Não havendo nenhuma manifestação contrária, declarou então aprovada a contratação pela Eace de solução satelital da Anuvu, na franquia de 1TB, para atendimento de 7 (sete) escolas em Gaúcha do Norte/MT.

4. OUTROS ASSUNTOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, iniciou o item “outros assuntos”, passando a palavra ao **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, que havia mencionado que teria assunto a tratar nesse item da pauta.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, agradeceu e disse que gostaria de comentar sobre o painel de escolas. Assim, avisou que o painel já está atualizado com os dados do censo escolar 2022 e convidou a todos a o acessarem, por meio do link [Anatel - Conectividade nas Escolas](#). Disse que o painel agora também conta com um campo dedicado ao projeto-piloto, no qual é possível ver quantas escolas já foram atendidas e outras informações bastante interessantes. Em seguida, aproveitou para solicitar o auxílio do MEC em enviar à Anatel informação sobre a quantidade de alunos por turno (matutino e vespertino), pois o INEP apenas fornece informação consolidada pelos turnos diurno e noturno e a divisão entre matutino e vespertino seria importante para identificar o período de tempo com maior número de alunos.

Ana Úngari Dal Fabbro, integrante da equipe do MEC, disse que já recebeu do INEP os dados separados por turno matutino e vespertino e que, após uma breve checagem das informações, passaria os dados à Anatel.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e cumprimentou **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, e sua equipe, pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido no painel de escolas.

5. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, lembrou que o Regimento Interno do Gape prevê a realização de reuniões mensais. Assim, sugeriu que a próxima reunião do Gape acontecesse, na terça-feira, dia 18 de abril de 2023, às 15h00, de forma remota. Questionou se alguém teria impedimento com a data sugerida.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações, disse que na tarde do dia 18 de abril estaria em deslocamento, em razão de viagem a serviço. Questionou se seria possível alterar a data para o dia 25 de abril de 2023. Disse que gostaria de estar presente na reunião para trazer ao grupo atualizações do SGT-Com.

Nilo Pasquali, Secretário do Gape, informou que na semana de 25 de abril de 2023 estaria em missão internacional a serviço. Sugeriu então que a reunião seja marcada para dia 19 de abril de 2023.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, acatou a sugestão, questionando se todos estariam de acordo. Como não houve objeções, ficou definida então a data de **25 de abril de 2023, às 15h00** para a 17ª Reunião Ordinária do Gape, de forma remota.

Quanto aos próximos passos, disse estarem mantidos, para a próxima reunião, o acompanhamento das atividades da Eace e questionou se alguém teria alguma sugestão adicional de item para a pauta da próxima reunião.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, disse que tinha uma sugestão, mas que não precisaria ser para a próxima reunião, mas que considerava interessante que a Eace avaliasse outras opções de fornecedores de rede interna. Disse ter conhecimento de que foi feito um chamamento para o fornecimento de equipamentos de rede interna, mas que mesmo assim, seria importante fazer uma nova tentativa.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, concordou com a sugestão do **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, e disse que a Eace já está avaliando outros fornecedores e, nesse sentido, informou que na semana passada teriam sido realizadas reuniões com outros fornecedores para avaliar alternativas.

Finalizou, agradecendo a participação de todos e informou que a minuta de ata da presente de reunião seria encaminhada aos demais membros, para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 16ª Reunião Ordinária do Gape.

ANEXOS

1. Apresentação do Cenário de Expansão Projeto (SEI n.º 10045354)
2. Apresentação Progresso da Eace (SEI n.º 10059385)
3. Apresentação Acompanhamento Piloto Eace (SEI n.º 10045689)

APROVAÇÃO

- 5.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.
- 5.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 10/05/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 15/05/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **9949139** e o código CRC **36932ED2**.